

# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 05/08/19

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

JOÃO MARCOS  
para relatar.

Em 05/08/2019

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
*Assembleia Legislativa*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER nº**

AO PROJETO DE LEI Nº. 137, de junho de 2019, que:

***“Reconhece de Utilidade Pública a  
Ação Social Esperantinense -  
ASESP”.***

**RELATOR: DEP. JOÃO MADISON**

**I – RELATÓRIO**

Apresento, de acordo com os arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, Parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Lei que Reconhece de Utilidade Pública a Ação Social Esperantinense - ASESP, com sede e foro em Esperantina - PI, sendo a iniciativa da proposição de autoria do nobre Dep. Francisco Limma, conforme estabelece o art. 105, I do Regimento Interno.

Dessa forma, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Eis o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

De início, foi visto que a referida Associação apresentou toda documentação necessária para seu registro e funcionamento.

*[Assinatura]*  
1



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

Devemos observar o que dispõe a Lei Estadual nº 5447/05, que trata especificamente do Reconhecimento de Utilidade Pública às Sociedades Cívis, Associações e Fundações, instaladas ou com sede no Estado do Piauí.

Logo, cumprido as exigências legais, opino pela constitucionalidade do pedido de reconhecimento de utilidade pública da aludida Associação.

Quanto ao mérito, a Ação Social Esperantinense, tem pôr objetivos, desenvolver atividades de apoio e execução de ações comunitárias voltadas à promoção de crianças, adolescentes e jovens, principalmente aos menos favorecidos, mediante ação e formação nos campos religioso, profissional, social, familiar, criativo e cultural, visando sua melhor participação na família, no trabalho e construção de uma nova sociedade, bem como outras finalidades e atividades afins dispostas no estatuto social.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do nobre colega Parlamentar e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

**III – PARECER DA COMISSÃO**

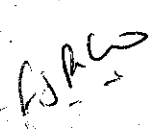
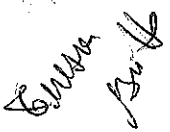
Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição ( )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 27 de agosto de 2019.

  
DEP. JOÃO MADISON  
RELATOR

  
  
APROVADO À UNANIMIDADE  
EM, 17 / 08 / 19  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
